



RELATÓRIO SEMESTRAL

2026

FGCOP

Fundo Garantidor do
Cooperativismo de Crédito

Mensagem da Liderança	03
Quem Somos	08
Governança Corporativa	10
Números do FGCOOP	13
Demonstrações Financeiras	14
Expediente	42



Mensagem da **Liderança**

Caros(as) conselheiros(as), cooperativas associadas, colaboradores(as) e sociedade em geral,

No primeiro semestre de 2026, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) manteve sua atuação estratégica com foco na contribuição para a sustentabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), dentro das atribuições previstas em seu estatuto.

Além de apresentar os principais números do semestre, o relatório detalha as principais ações implementadas para o cumprimento do papel sistêmico do FGCoop.

Direcionamento estratégico e execução

A atuação do FGCoop é orientada pelo planejamento estratégico, sustentado pelos pilares do monitoramento preventivo, da sustentabilidade financeira, da atuação sistêmica e da valorização do capital humano. Os projetos e evoluções buscam a excelência no cumprimento dos papéis do FGCoop.

Capacidade patrimonial: ativos totais de R\$ 8 bilhões

Nesse primeiro semestre, o Fundo atingiu R\$ 8 bilhões em ativos totais, recursos esses que têm como objetivo principal proteger as economias dos associados, de acordo com o previsto nas normas aplicáveis, contribuindo para a estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Além da ampliação da capacidade patrimonial, o FGCoop segue investindo em tecnologia de ponta e na evolução dos processos de monitoramento de riscos, contribuindo não apenas para o cumprimento da atividade principal do fundo, mas também para fortalecer a capacidade de diagnosticar eventuais fragilidades.

Atuação preventiva, eficácia operacional e relacionamento

No campo das operações e do relacionamento, o primeiro semestre reafirmou a prontidão do FGCoop em honrar o compromisso de proteção direta. Foi realizada a cobertura de depósitos da cooperativa Creditag, cuja liquidação foi decretada em abril, no estado de Goiás, honrando a garantia aos associados, dentro do previsto na base normativa.

Além do pagamento de depósitos, foram realizadas operações de assistência financeira na ordem de R\$ 215 milhões. Essas operações reforçam a atuação preventiva do FGCoop, apoiando processos de reorganização e incorporação de cooperativas em situação de fragilidade financeira, contribuindo para preservar a continuidade operacional, mitigar riscos e fortalecer a estabilidade do SNCC.

Essa atuação é complementada pelo fortalecimento do relacionamento institucional com as cooperativas, centrais, confederações e demais entidades do SNCC. A proximidade do Fundo com as instituições permite a ampliação da compreensão sobre os próprios desafios.

Monitoramento 4.0: excelência em inteligência de risco

No primeiro semestre de 2026, concentramos esforços na consolidação do Mo-

delo 4.0, uma metodologia de classificação do risco de crédito das cooperativas. Esse modelo, baseado em regressão logística viabiliza a visão granular da saúde financeira das cooperativas de crédito, contribuindo para a capacidade de identificar sinais de deterioração patrimonial com antecedência. O modelo está em processo de teste, e sua implementação definitiva deve ocorrer no segundo semestre.

Inteligência analítica e modernização do monitoramento

Os processos de gestão e análise adotados pelo FGCoop são suportados por tecnologia da informação, nesse sentido, o Fundo avançou no uso de inteligência artificial (IA) como apoio ao modelo de monitoramento. Avançamos na implantação da plataforma corporativa de dados e na automação de processos.

A solução de IA utiliza agentes especializados, que analisam diferentes perspectivas de risco e viabilizam o processamento de volumes massivos de dados em linguagem natural, dinamizando a geração de sínteses, alertas e comparações sistêmicas, contribuindo para a efetividade do trabalho realizado pelas equipes de monitoramento que mantêm o relacionamento próximo com as instituições buscando elevar a capacidade de antecipar situações de risco.

Governança de dados

O FGCoop segue elevando a maturidade em segurança da informação e resiliência cibernética. Realizamos diagnósticos do nosso ambiente tecnológico, implementamos novos controles técnicos e estruturamos planos de continuidade de negócios, como a Análise de Impacto nos Negócios (BIA, na sigla em inglês) e o Plano de Recuperação de Desastres (PRD).

Modernização do Censo de Depósitos e conformidade regulatória

O Censo de Depósitos, com vistas aos atendimentos da Resolução BCB nº 528/2025, foi uma das prioridades desse semestre. Sua conclusão permitirá avanços no tratamento de dados. Sendo assim, foi desenvolvido o Portal FGCoop, que cria a infraestrutura de suporte para o Censo de Depósitos. O Portal está em fase de testes e evoluções junto às cooperativas associadas, com lançamento previsto para o início de 2027.

Como ação complementar ao Portal, foi iniciado o desenvolvimento do Módulo de Contribuições, que automatizará a apuração e o acompanhamento das contribuições ordinárias, com conclusão prevista para o próximo semestre.

Adequação regulatória e cenário do SNCC

O FGCoop mantém um diálogo constante com o Banco Central do Brasil, garantindo que as nossas práticas estejam sempre alinhadas às exigências regulatórias. Como exemplo, o FGCoop realizou estudos técnicos sobre o impacto da Resolução Conjunta nº 14, que trata do capital mínimo dos sistemas cooperativos, e sobre a Resolução nº 4.222. Esses estudos contribuem para o dimensionamento do Fundo em função dos cenários a que o SNCC está sujeito.

Cultura organizacional e valorização do capital humano

O FGCoop, além da estrutura tecnológica, depende da capacidade e do engajamento de suas pessoas. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2026, foi implementado o projeto de Diagnóstico de Cultura Organizacional. Por meio de *workshops* e entrevistas, identificamos os pontos fortes que nos trouxeram até aqui e os aspectos que precisamos desenvolver para enfrentar os desafios dos próximos anos. O diagnóstico serviu de base para a modernização do nosso Modelo de Gestão do Desempenho, que se concentra no *feedback* contínuo e na valorização das competências individuais, criando uma

conexão direta entre o desempenho de cada colaborador e o planejamento estratégico do FGCoop.

Governança, transparência e relacionamento

No primeiro semestre, foram concluídas as adequações físicas da sede em Brasília, que passou a contar com auditório e salas de reunião. Um dos objetivos é ampliar o contato direto com o SNCC, inclusive por meio do programa FGCoop Portas Abertas. Esse programa é uma das ferramentas de intercâmbio com as lideranças do cooperativismo de crédito e permite que os sistemas conheçam de perto a nossa estrutura e os nossos processos.

No primeiro semestre, foi realizada a Assembleia Geral, com a eleição do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e reeleição do diretor executivo, de acordo com o previsto no Estatuto.

Ética, integridade e agenda ESG

A perenidade do FGCoop está intrinsecamente ligada à sua conduta ética. Nesse semestre, revisamos os nossos

mecanismos de integridade, o regimento do Comitê de Ética e a gestão do Canal de Denúncias, conferindo maior segurança e padronização ao tratamento das manifestações.

Com relação à agenda ESG estamos definindo ações concretas e revisando a materialidade, que integrarão os pilares ambiental, social e de governança à nossa estratégia.

Um olhar para o futuro

Entendemos que o ambiente econômico implica oportunidades e riscos para o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. É sob essa perspectiva, e pensando no futuro do cooperativismo de crédito, que fixamos nossa estratégia de seguir evoluindo nossos processos e nossa capacidade analítica, buscando manter o FGCoop sempre apto a cumprir seu papel institucional de contribuir para a solidez do SNCC.

Agradecemos a todos os colaboradores, associadas, Banco Central do Brasil e demais parceiros que contribuíram para as realizações do semestre.

João Tavares
Presidente do Conselho de Administração

Adriano Ricci
Diretor Executivo

Quem
Somos

O Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito — FGCoop

Somos uma instituição que atua de forma estratégica e preventiva para fortalecer o cooperativismo de crédito no Brasil. Nosso trabalho vai além da garantia: somos parte ativa da construção de um ambiente mais estável, seguro e confiável para cooperados, cooperativas e para o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop trabalha para antecipar riscos, apoiar a boa governança e fortalecer continuamente o cooperativismo de crédito. Fazemos isso por meio de análises técnicas rigorosas, acompanhamento permanente das cooperativas de crédito e cooperação com centrais, confederações e reguladores, sempre com foco no interesse coletivo e na visão do todo.



Propósito

Contribuir para a confiança, a estabilidade e a solidez do cooperativismo de crédito.

Missão

Proteger os depositantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo nos limites da regulamentação, atuando preventivamente e contribuindo para a solidez, a perenidade e a imagem da instituição.



Visão

Ser reconhecido pela excelência na atuação preventiva, por contribuir com o fortalecimento, a confiança e o crescimento do cooperativismo de crédito.

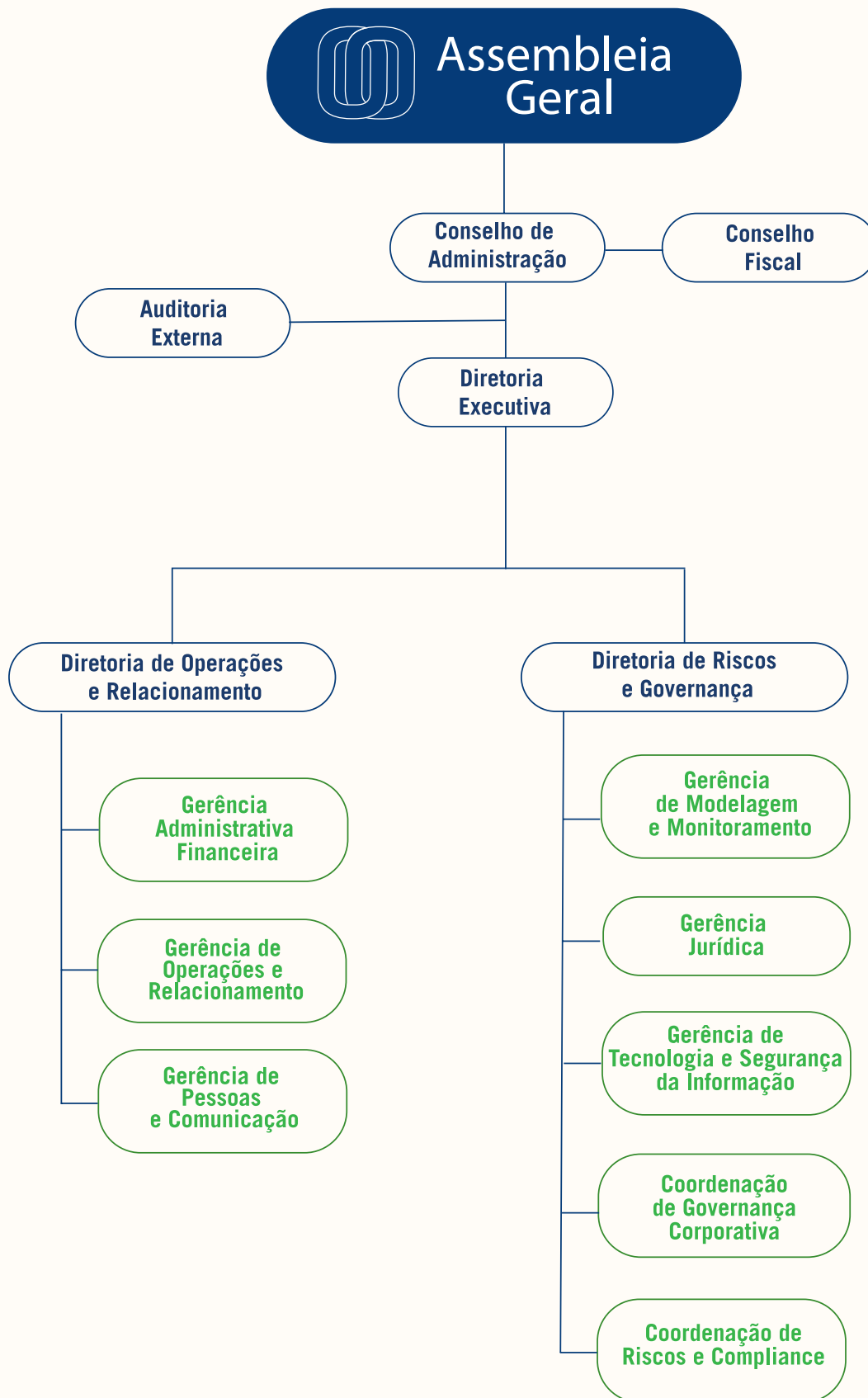


Valores

Confiança
Cooperação
Integridade
Equidade
Compromisso com o SNCC
Proatividade
Excelência



Governança **Corporativa**





João Tavares
Presidente do Conselho
de Administração

Conselho de Administração



Adriano Michelin
Conselheiro
Sistema Cresol



Antônio Bizzo
Conselheiro
Independente



Asclepius Soares
Conselheiro
Cooperativas Independentes



Celso Figueira
Conselheiro
Sistema Sicredi



Ivo Bracht
Conselheiro
Sistema 2 Níveis



Luiz Antonio
Conselheiro
Sistema Sicoob

Conselho Fiscal



Sebastião Rodvalho
Coordenador
Sistema Sicredi



Francisco Junior
Conselheiro Efetivo
Sistema Sicoob



José Boeira
Conselheiro Efetivo
Sistema Unicred



Carlos Cupercini
Conselheiro Suplente
Sistema Cresol



Thiago Abrantes
Conselheiro suplente
OCB | Cooperativas
não filiadas a centrais

Diretoria Executiva



Adriano Ricci
Diretor Executivo



Carlos Rolim
Diretor de Operações
e Relacionamento



Erika Kimura
Diretora de Riscos
e Governança

Números do FGCoop



R\$ 8,2

bilhões

Patrimônio Social



577

Cooperativas
associadas (+2 bancos cooperativos)



Demonstrações **Financeiras**

Relatório do auditor

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante acerca de eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 02 de setembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Raphael Tadeu Escudeiro Fornari
Contador CRC 1SP294316/O-7

Balanço patrimonial

ATIVOS	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	4.659	3.841
Aplicações financeiras (Nota 6)	7.708.569	6.845.245
Outros títulos e créditos a receber (Nota 7)	909	274
Total do circulante	7.714.137	6.849.360
Não circulante		
Outros títulos e créditos a receber (Nota 7)	539.904	417.313
Imobilizado	2.054	680
Intangível	55	62
Total do não circulante	542.013	418.055
Total do ativo	8.256.150	7.267.415

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Circulante		
Salários e obrigações sociais	328	378
Outras obrigações (Nota 8)	2.278	1.093
Total do circulante	2.606	1.471
Não circulante		
Obrigações a Pagar (Nota 8)	1.017	-
Patrimônio social		
Patrimônio social (Nota 9)	8.252.527	7.265.944
Total do passivo e do patrimônio social	8.256.150	7.267.415

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Semestre

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Receitas operacionais		
Contribuições mensais ordinárias (Nota 10)	550.970	473.879
Taxas de serviço sobre cadastro de cheques sem fundos (Nota 10)	1.897	2.054
Receita de Contribuição de instituições associadas	552.867	475.933
Despesas gerais e administrativas (Nota 11)	(11.603)	(8.261)
Desp. c/ Pagamento Garantia/ Cred. Sub-rogado (Nota 15)	(9.463)	-
Despesas de provisão (Nota 7)	(65.597)	(21.621)
Superávit operacional antes do resultado financeiro	466.204	446.051
Receitas financeiras (Notas 6 e 7)	522.572	369.007
Despesas financeiras	(2.194)	(1.732)
Resultado financeiro líquido	520.378	367.275
Superávit do semestre	986.582	813.326

Demonstração do Resultado Abrangente do Semestre

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Superávit do semestre	986.582	813.327
Total do superávit abrangente do semestre	986.582	813.327

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2024	5.453.606	-	5.453.606
Superávit do semestre	-	813.327	813.327
Destinação do superávit	813.327	(813.327)	-
Em 30 de junho de 2025	6.266.932	-	6.266.932
Em 31 de dezembro de 2025	7.265.944	-	7.265.944
Superávit do semestre	-	986.583	986.583
Destinação do superávit	986.583	(986.583)	-
Em 30 de junho de 2026	8.252.527	-	8.252.527

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do semestre	986.582	813.327
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	202	167
Provisão para perdas	75.060	21.621
Rendimento de Aplicações financeiras	(492.461)	(352.813)
Variações de:		
Aplicações Financeiras	(370.863)	-
Outros títulos e créditos a receber	(198.285)	43.466
Salários e Obrigações Sociais	(50)	(157)
Outras Obrigações	(2.202)	(2.064)
Caixa gerado nas operações	2.387	523.547
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.387	523.547
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.566)	(31)
Aquisição intangível	(3)	-
Aplicações financeiras	-	(523.276)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.569)	(523.307)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	818	240
Caixa e equivalentes no início do semestre (Nota 5)	3.841	3.219
Caixa e equivalentes no final do semestre (Nota 5)	4.659	3.459

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, isenta, pela Lei nº. 9.430, com a redação dada pela Lei nº. 12.873, de 24 de outubro de 2013, de imposto de renda, inclusive do incidente sobre ganhos líquidos mensais e do retido na fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido. Iniciou atividades em 10 de abril de 2014, e seu Patrimônio Social foi constituído em 15 de abril de 2014, com a transferência do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de montante atualizado de taxas de serviços decorrentes da emissão de cheques sem provisão de fundos recolhidos de forma direta ou indireta pelas cooperativas de crédito e bancos cooperativos, com base na Lei nº. 12.873/2013.

São instituições associadas ao FGCoop as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos 577 em junho de 2026 (600 em junho de 2025) e os dois bancos cooperativos.

O FGCoop tem por finalidades:

- proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu regulamento;
- contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC);
- contribuir para a prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia sobre instrumentos financeiros emitidos ou captados pelas instituições associadas, nas situações de decretação da intervenção ou da liquidação extrajudicial da instituição associada e a contratação de operações de assistência ou suporte financeiro, incluindo operações de assistência de liquidez com as instituições associadas, diretamente ou por intermédio de central ou de confederação.

A contribuição mensal das instituições associadas ao FGCoop é de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros, ainda que os créditos correspondentes não sejam cobertos pela garantia ordinária.

Também constituem receita do FGCoop as taxas de serviços decorrentes da exclusão do cadastro de registro de emissão de cheques sem provisão de fundos, recolhidos de forma direta ou indireta pelas instituições associadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 2 de setembro de 2026.

A Administração avaliou a capacidade do Fundo de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Políticas contábeis materiais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e do julgamento por parte da Administração do FGCoop no processo de aplicação das práticas contábeis do Fundo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, dentre os quais o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos

financeiros (inclusive instrumentos derivativos), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do FGCoop e, também, a moeda de apresentação.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras em fundo de resgate automático, destinado ao pagamento das despesas gerais e administrativas do FGCoop.

2.3 Aplicações financeiras

Representam operações de aplicação em fundos de renda fixa. Estão demonstradas pelo valor de resgate e são valorizados pela variação do valor da cota dos fundos. As aplicações financeiras têm como objetivo serem negociadas de acordo com as necessidades de liquidez e disponibilidade de recursos do FGCoop.

2.4 Outros títulos e créditos a receber

Apresenta os valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridos. Estão representados significativamente pelas operações de assistência financeira a receber e de crédito mútuo concedido às cooperativas associadas, além de outros ativos a receber.

2.4.1 Provisão para perdas esperadas

O FGCoop reconhece provisão para perdas esperadas sobre as operações de assistência financeira concedidas às cooperativas associadas, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A metodologia utilizada considera, como limite máximo de provisão, o saldo devedor da operação no fechamento de cada período mensal.

O cálculo adotado é definido pela seguinte fórmula:

Provisão = EAD (saldo das operações – inadimplência) x PD (risco da cooperativa) + inadimplência + (percentual da diferença da proporção no tempo x EAD).

Onde:

- EAD (*Exposure at Default*): saldo devedor ajustado pela inadimplência apurada;
- PD (*Probability of Default*): probabilidade de *default* definida pelo *score* de risco da cooperativa;
- inadimplência: valores vencidos e não pagos. A inadimplência representa ativos com risco de não recebimento, sendo, portanto, classificada como ativo problemático;
- proporção no tempo: diferença entre percentual pago e percentual previsto para pagamento no período.

A provisão é revisada mensalmente, considerando-se:

- saldos atualizados das operações;
- reavaliação do *score* de risco das cooperativas;
- atualização dos percentuais de inadimplência;
- novos comportamentos financeiros observados.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

O FGCoop classifica seus instrumentos financeiros, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em “mensurado pelo custo amortizado” e “ao valor justo por meio do resultado”. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com seu modelo de negócios e com os fluxos contratuais dos instrumentos.

(a) Valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado são aqueles que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meios de outros resultados abrangentes, bem como aqueles designados pela administração nessa categoria para eliminar ou reduzir inconsistências contábeis. As variações no valor justo desses instrumentos,

incluindo ganhos e perdas, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Nessa categoria, encontra-se o “Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI”.

Nessa categoria, também é classificado o fundo exclusivo “incluindo ganhos e perdas”, são reconhecidas diretamente no resultado do semestre “FGCoop Fundo de Investimento em Renda Fixa”, administrado pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A., que possui em sua carteira, substancialmente, títulos públicos, operações compromissadas e outros títulos de instituições financeiras. As aplicações no fundo exclusivo são geridas de forma a possibilitar sua negociação conforme as necessidades de liquidez e a disponibilidade de recursos do FGCoop.

(b) Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles ativos financeiros “não derivativos”, que são designados pela entidade nessa categoria, e a finalidade do modelo de negócios adotado seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros). Incluem-se nessa categoria os recebíveis denominados como “Outros Títulos e Créditos a Receber” relacionados a operações com instituições associadas, considerando compreender ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Nessa modalidade, o FGCoop não tem fundo exclusivo.

2.5.2 Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros com liquidez e cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o FGCoop apura o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem: (a) o uso de operações recentes contratadas com terceiros; (b) a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares; e (c) a análise de fluxos de caixa descontados. Tais técnicas fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação nas formas explicadas a seguir.

(a) Instrumentos financeiros – Nível 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, um distribuidor, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação, ou uma agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

(b) Instrumentos financeiros – Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do FGCoop. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

(c) Instrumentos financeiros – Nível 3

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preço de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

2.6 Imobilizado e ativos intangíveis – *software*

2.6.1 Referem-se a equipamentos de comunicação, mensurado ao custo histórico, menos depreciação acumulada, pela taxa de 10% ao ano. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

2.6.2 As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir esses programas e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, de cinco anos.

2.6.3 Com relação ao CPC 06 – Operações de Arrendamento, o FGCoop mantém contrato de aluguel para sua sede, localizada em Brasília, cujos pagamentos são registrados mensalmente como despesas, em decorrência de serem considerados não relevantes.

2.7 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Sobre as ações de causas possíveis, as informações serão divulgadas nas notas explicativas.

2.8 Contas a pagar

Representados por salários e obrigações sociais e por obrigações diversas, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

2.8.1 Garantias a pagar

A provisão para pagamento de garantias é reconhecida em contrapartida à rubrica de despesa, quando da decretação da intervenção ou da liquidação da cooperativa ou banco cooperativo associado.

2.9 Patrimônio social

O patrimônio social é formado pelo recurso aportado inicialmente no FGCoop, acrescido das destinações futuras em decorrência dos superávits auferidos.

2.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo das contribuições recebidas de seus associados em decorrência de percentual atribuído aos depósitos dos associados, à razão de 0,0125%, conforme determinado na Resolução CMN nº. 4.933, de 29 de julho de 2021. A aferição e o recolhimento das referidas contribuições devem ocorrer dentro do próprio mês.

2.11 Provisão para pagamento de garantias

As provisões para pagamento de garantias são constituídas quando há evidência objetiva da ocorrência de evento que enseje a obrigação do FGCoop de honrar garantias previstas em seu Regulamento. O valor reconhecido corresponde à melhor estimativa dos desembolsos esperados para liquidação dessas obrigações, considerando os créditos elegíveis, os limites de cobertura vigentes e as informações disponíveis na data-base das demonstrações contábeis.

As estimativas são revisadas continuamente pela Administração e ajustadas prospectivamente quando identificadas alterações relevantes nos montantes esperados de pagamento. As recuperações decorrentes dos direitos creditórios sub-rogados são registradas de acordo com sua expectativa de realização, observadas as práticas contábeis aplicáveis.

3. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A constituição da provisão para perdas associadas às operações de assistência financeira envolve julgamentos relevantes da Administração, especialmente quanto à probabilidade de recuperação dos valores concedidos. Em 30 de junho de 2026, a provisão constituída totaliza R\$ 92.096 (R\$ 26.499, em 31 de dezembro de 2025). Para fins de mensuração da perda, não foram considerados os valores de garantias vinculadas às operações, em razão da incerteza quanto à liquidez, ao prazo e à efetiva realização destas.

Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações, considerando-se a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimati-

vas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, às provisões para causas judiciais, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Risco de mercado

O risco de taxas de juros é o risco do FGCoop de sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de recursos do FGCoop ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas. O FGCoop não possui passivos significativos em que incidam juros, apenas ativos.

4.2 Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a associados.

Parte significativa das aplicações financeiras do FGCoop hoje se encontra concentrada em fundo exclusivo administrado pelo Banco Sicredi.

4.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado corporativamente, sendo monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez do FGCoop para assegurar que ele tenha recursos suficientes para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias e fundo de investimento exclusivo, com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente.

4.4 Estimativa do valor justo e ajustes a valor presente

O FGCoop possui saldo na rubrica “Assistência financeira” a receber, referente a valores concedidos a instituições associadas, com prazos e condições estabelecidos contratualmente.

As contas a pagar registradas apresentam prazos compatíveis com o ciclo operacional da entidade e não contêm componente significativo de financiamento. Dessa forma, a Administração entende que seus valores contábeis se aproximam substancialmente de seus valores justos, não sendo aplicável o ajuste a valor presente.

As aplicações financeiras mantidas pela entidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e classificadas no Nível 1 da hierarquia de valor justo, por se tratar de instrumentos com preços cotados em mercado ativo. Em 30 de junho de 2026, o saldo totalizava R\$ 3.589 (R\$ 3.772, em 31 de dezembro de 2025), não havendo instrumentos classificados nos níveis 2 e 3.

Ativos financeiros — 30/06/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3
FGCoop FIRF	7.708.570	-	-
Sicoob Referenciado DI	3.589	-	-
Total de ativos financeiros	7.712.159	-	-

Ativos financeiros — 31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
FGCoop FIRF	6.845.245	-	-
Sicoob Referenciado DI	3.772	-	-
Total de ativos financeiros	6.849.017	-	-

Não ocorreram transferências entre níveis durante o exercício.

4.5 Classificação dos instrumentos financeiros

Descrição	Valor justo por meio do resultado (2026)	Custo amortizado (2026)	Valor justo por meio do resultado (2025)	Custo amortizado (2025)
Outros Títulos e Créditos a Receber	-	540.813	-	417.588
Sicoob Referenciado DI	3.589	-	3.772	-
FGCoop Fundo de Investimento em Renda Fixa	7.708.570	-	6.845.246	-
Total	7.712.159	540.813	6.849.018	417.588

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa do FGCoop estão assim representados:

Descrição	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Banco Conta Movimento	1.070	63
Saldo em tesouraria	-	6
Cotas de fundo de investimento RF resgate automático	3.589	3.772
Total	4.659	3.841

6. Aplicações financeiras

As disponibilidades do FGCoop são aplicadas em dois fundos: Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI e o FGCoop Fundo de Investimento em Renda Fixa.

O Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI (CNPJ nº. 14.287.871/0001-42), sob a forma de condomínio aberto e destinado exclusivamente a investidores qualificados, é administrado e gerido pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM. Os recursos nele aplicados destinam-se aos pagamentos das despesas gerais e administrativas do FGCoop. O rendimento do primeiro semestre de 2026 do Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI foi de R\$ 299 (30 de junho de 2025 – R\$ 210).

O FGCoop Fundo de Investimento em Renda Fixa (CNPJ nº. 19.196.587/0001-84) é um fundo de investimento exclusivo, com prazo indeterminado de duração. A administração do fundo é realizada pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., e a gestão da carteira do fundo é da Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM. O Fundo possui gestão passiva da carteira e visa acompanhar a variação da taxa DI – Cetip. O resgate parcial ou total dos valores aplicados pode ser efetuado a qualquer tempo, sem restrição.

Descrição	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Apropriação de rendimentos	489.719	351.158
Marcação ao preço de mercados	2.379	1.445
Resultado nas negociações	363	210
Total	492.461	352.813

O FGCoop, por meio do Fundo de Investimento Renda Fixa, em 30 junho de 2026, possuía o montante de R\$ 492.461 (31 de dezembro de 2025 – R\$ 822.288), correspondente aos rendimentos auferidos em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional, cujo vencimento ocorre após mais de 3 meses contados da data de aquisição, não sendo, portanto, qualificado como equivalente de caixa em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estão registradas ao custo de aquisição atualizado diariamente pelo valor da cota, divulgado pelo respectivo administrador do FGCoop FI Renda Fixa. A carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificadas:

30 de junho de 2026

Descrição	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Títulos públicos LTN-0	418.872	-	418.872
Títulos públicos LFT	6.490.860	-	6.490.860
Títulos privados - Renda Fixa	798.837	-	798.837
Total do ativo do FGCoop FI RF	7.708.569	-	7.708.569

31 de dezembro de 2025

Descrição	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Títulos públicos LTN-0	567.662	-	567.662
Títulos públicos LFT	5.626.860	-	5.626.860
Títulos privados - Renda Fixa	650.723	-	650.723
Total do ativo do FGCoop FI RF	6.845.245	-	6.845.245

7. Outros títulos e créditos a receber

30 de junho de 2026

Descrição	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Operações de suporte e assistência (i)	-	539.634	539.634
Demais Créditos	909	270	1.179
Total	909	539.904	540.812

31 de dezembro de 2025

Descrição	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Operações de suporte e assistência (i)	-	417.189	417.189
Demais Créditos	274	124	398
Total	274	417.313	417.587

i) Operação de empréstimo e de cessão de créditos realizada com entidade associada ao FGCoop para fins de assistência financeira. A atualização dos rendimentos referentes às operações de suporte e assistência foi de R\$ 29.805 (30 de junho de 2025 – R\$ 15.985).

A Administração do FGCoop avalia mensalmente quanto a constituição de provisão para perdas esperadas sobre os créditos decorrentes das operações de assistência financeira, com o objetivo de refletir adequadamente a recuperabilidade desses ativos. A mensuração da provisão é realizada com base na metodologia estabelecida na Norma de Gestão Contábil. Em 30 de junho de 2026, o saldo foi de R\$ 65.597 (31 de dezembro de 2025 – R\$ 26.499).

8. Outras obrigações

O saldo, em 30 de junho de 2026, no valor de R\$ 3.295 (31 de dezembro de 2025 – R\$ 1.093), está representado principalmente pelas provisões de férias e encargos sociais e por garantias a pagar (cobertura de depósitos da Cooperativa de Crédito, Poupança e Serviços Financeiros – Creditag).

9. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído por contribuições ordinárias e extraordinárias das instituições associadas, por taxas de serviços decorrentes da emissão de cheques sem provisão de fundos e por rendimentos das aplicações dos recursos do FGCoop. O saldo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 8.252.527 (31 de dezembro de 2025 – R\$ 7.265.944).

10. Receitas de contribuição de instituições associadas

São representadas pelas contribuições realizadas diretamente pelas instituições associadas (mensais ordinárias) e via Banco do Brasil (taxas de serviços do cadastro de cheques sem fundos). Segue a estratificação das receitas de contribuição por tipo de entidade:

Descrição	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Contribuições mensais ordinárias	550.970	473.879
Cooperativas singulares de crédito	463.876	384.398
Bancos cooperativos	87.094	89.481
Taxas de Serviço Cadastro de Cheques sem Fundos	1.897	2.054
Total	552.867	475.933

11. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas do FGCoop estão assim representadas:

Descrição	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Salários	3.914	2.944
Encargos sociais	1.342	1.111
Benefícios	1.354	1.056
Deslocamentos	104	236
Diárias e Hospedagens	91	55
Serviços profissionais	790	566
Divulgação	180	239
Locação	409	329
Despesas Administrativas	184	-
Manutenção Predial	-	4
Cursos e Taxas de Inscrição	87	323
Manutenção de <i>Software</i> (a)	-	817
Tecnologia da Informação	2.346	-
Despesas Tributárias	69	61
Serviços Administrativos	100	135
Depreciação de Bens Móveis	193	166
Taxas Associativas e Anuidades	223	-
Demais (a)	217	219
Total	11.603	8.261

(a) Em 30 de junho de 2026, o valor de R\$ 817, anteriormente classificado em “Manutenção de software”, foi reclassificado para a linha de “Tecnologia da informação”, para melhor refletir a natureza da despesa.

(b) A linha relacionada ao saldo de “Demais” contempla despesas administrativas de menor representatividade, relacionadas às atividades operacionais da entidade, incluindo gastos com materiais, serviços, eventos, representação institucional e outros itens de natureza administrativa.

12. Contingências

O FGCoop não possui processos cíveis, trabalhistas ou fiscais classificados como prováveis que requeiram a constituição de provisões para contingências em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, não existem passivos contingentes classificados como possíveis para fins de divulgação nas notas explicativas.

13. Partes relacionadas

O FGCoop não possui saldos e não efetuou transações com partes relacionadas no primeiro semestre de 2026 e no primeiro semestre de 2025. A estrutura administrativa é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. No Conselho apenas os independentes recebem remuneração, na Diretoria Executiva todos são remunerados, conforme a seguir:

Descrição	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Salários e outros benefícios	1.093	843

14. Pagamento de garantias

Em 16 de abril de 2026, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial na Cooperativa de Crédito, Poupança e Serviços Financeiros – Creditag, instituição associada ao FGCoop. Em decorrência desse evento, foram provisionados na contabilidade valores destinados ao pagamento de garantias, no montante de R\$ 9.463, os quais foram disponibilizados para pagamento aos cooperados e depositantes elegíveis.

Em 1º de julho de 2026, foi registrado complemento de R\$ 716 mil ao valor inicialmente provisionado, após atualização da tabela pelo correspondente.

Descrição	Quantidade	% Cooperados	Valor R\$	% Pagamentos
Provisão para pagamento de garantias Creditag	-	-	9.463	-
Provisão complementar em 01/07/2026	-	-	716	-
Total	2.133	100%	10.179	100%
Pagos	268	12,56%	8.395	82,47%
A pagar	1.865	87,44%	1.784	17,53%

15. Outras informações

O FGCoop mantém registrados em contas de compensação os valores dos pagamentos referentes às despesas com garantias de créditos sub-rogados dos associados das cooperativas de crédito, cuja liquidação extrajudicial ou intervenção foram decretadas, líquidos das recuperações e a valores históricos.

Descrição	31 de dezembro de 2025	Pagamentos	Recuperação de crédito	30 de junho de 2026
Sarandi	18.796	-	-	18.796
Crediserv	858	-	-	858
Credicazola	19.412	-	-	19.412
Municred	1.231	-	-	1.231
Creditag	-	-	-	8.247
Total	40.297	-	-	48.544

16. Eventos subsequentes

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram eventos para fins e divulgação na nota explicativa.

Adriano Ricci
Diretor Executivo

Ana Cristina da Silva Souza
Contadora — CRC - MT-009759/O T-DF

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) – 19.990.300/0001-93
Sede Edifício Parque Cidade, SCS Quadra 9, Torre C, Sala 502, CEP 70308-200,
Brasília-DF

Conselho de Administração

João Tavares

Presidente
Mandato até 2029

Adriano Michelin

Conselheiro
Representante do Sistema Cresol
Mandato de 2025 a 2027

Antônio Bizzo

Conselheiro Independente
Mandato de 2025 a 2028

Asclepius Soares

Representante das cooperativas
singulares não filiadas a Centrais
Mandato de 2025 a 2028

Celso Figueira

Conselheiro
Representante do Sistema Sicredi
Mandato de 2025 a 2028

Ivo Bracht

Conselheiro
Representante dos sistemas organizados
em dois níveis
Mandato de 2025 a 2028

Luiz Antonio

Conselheiro
Representante do Sistema Sicoob
Mandato de 2025 a 2028

Contadora Responsável

Ana Cristina Souza
CRC - MT-009759/O T-DF

Auditoria Externa

KPMG Auditores Independentes LTDA

Conselho Fiscal

Sebastião Rodvalho

Coordenador
Sistema Sicredi

Francisco Junior

Conselheiro Efetivo
Sistema Sicoob

José Boeira

Conselheiro Efetivo
Sistema Unicred

Carlos Cupercini

Conselheiro Suplente
Sistema Cresol

Thiago Abrantes

Conselheiro Suplente
OCB I Cooperativas
não filiadas a centrais

Diretoria Executiva

Adriano Ricci

Diretor Executivo

Carlos Rolim

Diretor de Operações e Relacionamento

Erika Kimura

Diretora de Riscos e Governança

Revisão Institucional

Michéle Oliveira
Antonia Araújo

Coordenação Editorial

Louise Gôngora

Projeto Gráfico e Diagramação

Press Comunicação

FGCOOP

Fundo Garantidor do
Cooperativismo de Crédito



www.fgcoop.coop.br